



Política de Investimentos **2025-2029**

INTRODUÇÃO

O Conselho Monetário Nacional – CMN, por meio da CMN 4.994 de 24 de março de 2022, estabelece que a Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC deve definir a Política de Investimentos (PI) para aplicação dos recursos de cada plano de benefício por ela administrados.

As Políticas de Investimentos dos planos de benefícios da FUNCEF são aprovadas pelo Conselho Deliberativo a partir de proposta elaborada pela Gerência de Macroalocação de Recursos e Cenários e apresentada pela Diretoria Executiva.

As Políticas de Investimentos visam cumprir com os objetivos de cada plano de benefícios da FUNCEF e suas submassas, tanto para garantir o pagamento dos benefícios aos participantes assistidos quanto para realizar melhor gestão do patrimônio dos participantes que estão na ativa.

A Fundação possui analistas dedicados à projeção e ao acompanhamento de indicadores macroeconômicos e de mercado, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão para adequação da carteira de forma defensiva ou de forma a aproveitar oportunidades de mercado.

ENTENDENDO A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA FUNCEF

A Política de Investimentos (PI) é um documento elaborado anualmente, aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo conforme legislação vigente e de acordo com os compromissos atuariais dos Planos de Benefícios, com o intuito de definir a estratégia de alocação dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios (RGPB).

Ela define a macroalocação do patrimônio dos planos de benefícios e da Fundação, bem como de suas respectivas submassas, por um horizonte de 5 anos, sendo reformulada anualmente. A PI determina a alocação ótima que será perseguida por cada segmento, porém não seleciona quais ativos serão investidos. Essa é uma atividade da micro-gestão, na qual os gestores das classes fazem a seleção das operações de investimentos e desinvestimentos, baseado em critérios técnicos e estudos específicos, seguindo o procedimento determinado pelos normativos internos da FUNCEF.

A macroalocação é formulada através da ferramenta ALM (Asset Liability Management), uma modelagem estocástica robusta cujos resultados são expressos em termos de probabilidade. Ela determina como será feita a distribuição dos recursos garantidores dos planos de benefícios dentre os tipos de ativos disponíveis no mercado, e é realizada de acordo com alguns parâmetros, por exemplo:

- Regulatório (ex: Resolução CMN 4.994/2022, Resolução PREVIC 23/2023);
- Expectativa de Retorno, Risco estimado e Correlação;
- Expectativas para índices macroeconômicos: Inflação, Bolsa, Câmbio, entre outros;
- Objetivo de cada um dos planos (cumprimento da meta atuarial, risco, retorno, entre outros).

O desafio da FUNCEF, assim como o de todas as EFPCs, é de investir as contribuições dos participantes e da patrocinadora de forma a buscar que esses investimentos rentabilizem acima da meta atuarial/índice de referência, respeitando os parâmetros de retorno/risco de modo a honrar os pagamentos dos benefícios no futuro.

As Políticas de Investimentos buscam promover maior dinamismo na alocação entre as classes de ativos, alinhadas aos objetivos de longo prazo e de modo a possibilitar a captura de oportunidades de mercado que podem surgir em curto prazo. Elas contam com gatilhos que permitem uma rápida revisão das diretrizes da macroalocação na eventualidade de mudanças bruscas nos cenários macroeconômicos.

A Política de Investimentos estabelece limites mínimos e máximos de alocação, proporcionando maior flexibilidade na gestão da macroalocação da FUNCEF. Atualmente, as projeções macroeconômicas consideram três cenários: base, otimista e pessimista, que são incorporados ao modelo de ALM, tornando-o mais completo, robusto e realista. Nesse sentido, a depender do cenário e expectativas em relação às classes de ativos, é possível a realização de alocações táticas, principalmente relacionadas aos ativos de alta liquidez, tendo em vista que o mercado é mais dinâmico, apresentando mudanças repentinas.

Com as elevadas taxas de juros no Brasil, há uma convergência dos planos de benefícios para carteiras com maior exposição em renda fixa, que atingirão os objetivos determinados para cada submassa com conseqüente redução dos riscos estimados. O cenário macroeconômico brasileiro comumente é desafiador, necessitando de análise cautelosa da inflação, uma vez que o passivo da FUNCEF é indexado ao INPC. Nesse sentido, buscam-se ativos que apresentem expectativa de retorno atrelada à inflação.

CENÁRIOS MACROECONÔMICOS

As Políticas de Investimentos da Fundação, para o quinquênio 2025-2029, foram elaboradas sob a perspectiva de um cenário econômico pós choque de preços desencadeado pelos desequilíbrios na cadeia produtiva mundial causados pela pandemia, no qual os países têm conseguido relativos avanços no combate à inflação. Segundo o World Economic Outlook (WEO) de julho, do Fundo Monetário Internacional (FMI), a inflação global, que atingiu 8,7% em 2022, seu maior patamar desde 1996, recuou para 6,7% em 2023 e, segundo suas projeções, deve recuar para 5,9% em 2024 e 4,4% no ano de 2025. O combate à alta nos preços veio, principalmente, através da alta da taxa de juros nos países, com políticas monetárias contracionistas.

Vários países entre as maiores economias do mundo, adotaram medidas fiscais expansionistas como forma de amortecer os efeitos contracionistas da política monetária. O aspecto positivo dessas medidas foi não ter deixado a economia global desacelerar fortemente ao se combater a inflação elevada. No entanto, a política fiscal expansionista, observada em vários países, tem atrapalhado o objetivo dos Bancos Centrais de reduzir a inflação mais rapidamente e em maior magnitude. Além disso, em geral, as políticas fiscais expansionistas tendem a impulsionar déficits nas contas públicas, o que pode levar ao aumento do endividamento dos países.

No final de 2024, a expectativa era de que o crescimento perdesse levemente o ritmo, com a economia mundial se expandindo 3,2%, segundo o FMI. Para 2025, é esperado um cenário ligeiramente melhor, com a expectativa de crescimento de 3,3%, mesmo ritmo de expansão registrado em 2023. O crescimento global continuará a ser impulsionado por taxas de expansão mais fortes nas economias emergentes e em desenvolvimento (4,3% em 2025) do que pelas registradas nas economias avançadas (1,8% no mesmo período). No grupo dos países emergentes e em desenvolvimento, o destaque é para os países da Ásia, com a previsão de crescimento de 5,1% em 2025.

Apesar do cenário externo relativamente benigno, com crescimento da atividade mundial entre 3,2% e 3,3% e taxas de inflação declinantes, riscos significativos ainda permanecem no radar. O FMI ressaltou que o processo de desinflação mundial ainda não foi concluído. A inflação pode permanecer em patamares mais elevados por mais tempo, resultando em reduções mais lentas do que o esperado nas taxas de juros, o que poderia levar a possíveis problemas no mercado financeiro global.

O crescimento econômico da China pode frustrar expectativas devido a problemas contínuos no mercado imobiliário doméstico e a um apoio fiscal inferior ao esperado pelos analistas nos próximos anos. O comércio global tem sofrido mudanças significativas em seus fluxos, impulsionadas por medidas protecionistas unilaterais adotadas por algumas das principais economias mundiais. O aumento do protecionismo tende a reduzir os fluxos comerciais e, consequentemente, limitar o ritmo de expansão da atividade econômica global. Além disso, políticas fiscais expansionistas contínuas tendem a elevar os níveis de endividamento dos países e resultar em sérios desafios de solvência dos países no médio-longo prazo.

Elevadas tensões geopolíticas continuam sendo um risco significativo para a atividade e para a inflação, principalmente se o conflito recente no Oriente Médio e os ataques no Mar Vermelho se ampliarem. Além disso, não há sinalização de que possa haver, no curto prazo, um acordo de paz entre a Rússia e a Ucrânia.

Já o desempenho da economia brasileira em 2024 tem se mostrado bem melhor do que o previsto no final de 2023. O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 2,9% no 1º semestre de 2024 em comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), surpreendendo positivamente as expectativas. No último Boletim Focus de 2023, as expectativas dos analistas apontavam um crescimento do PIB de 1,52% em 2024. Após a divulgação do resultado do 2º trimestre, no início de setembro, que apontou um crescimento trimestral anualizado de 5,9%, as previsões vêm sendo revistas para cima e, agora, as estimativas mais recentes dos agentes de mercado para o PIB brasileiro em 2024 apontam um crescimento

em torno de 3,0%, quase o dobro do previsto no final de 2023.

O crescimento robusto da atividade econômica, aliado à taxa de desemprego próxima à mínima histórica, é bastante positivo. Contudo, parte desse desempenho está sendo sustentado por uma política fiscal expansionista. Isso implica que o governo tem adotado medidas para estimular a economia por meio de um aumento de despesas, o que pode gerar desafios para o equilíbrio das contas públicas e o controle da dívida. Esse cenário também se reflete nas taxas mais elevadas dos títulos públicos, que indicam as condições sob as quais o mercado está disposto a financiar o país. Além disso, um crescimento acima do PIB potencial pode trazer desafios adicionais para o cumprimento das metas de inflação.

A expectativa para a inflação em 2024, segundo o Boletim Focus, se mantém muito próxima do teto da meta e as expectativas de 2025 a 2028 se mantêm persistentemente acima do centro da meta, de 3,0%. A sinalização é de que os agentes de mercado não estão confiantes de que o Banco Central trará a inflação para a meta. Esse cenário está relacionado a desafios na obtenção de resultados fiscais mais equilibrados, que contribuam para a estabilidade do endividamento do país. O novo arcabouço fiscal adotado vem apresentando dificuldades para controlar a relação dívida/PIB, que segue em trajetória de crescimento nos próximos anos. Além disso, o aumento das despesas públicas além do esperado adiciona complexidade ao esforço do Banco Central em manter o valor da moeda e controlar a inflação.

AS SUBMASSAS E SUAS PARTICULARIDADES:

REB BD e Novo Plano BD

- São as submassas destinadas ao pagamento dos benefícios dos participantes assistidos;
- Não possuem planos de equacionamento vigentes;
- Não necessitam correr risco; e
- Têm a alocação voltada para o casamento do ativo com passivo, com cerca de 90% dos recursos em Títulos Públicos Federais marcados na curva, ou seja, sem sofrer risco de mercado.

REB CD e Novo Plano CD

- São as submassas destinadas aos participantes ativos que estão em fase de acumulação;
- Buscam otimizar o índice de Sharpe (melhor relação entre risco/retorno); e
- Para essa massa de participantes, busca-se obter o maior retorno para determinado nível de risco. Mantém-se o foco no longo prazo, de modo a contribuir na composição do saldo para a aposentadoria dos participantes.

REG/REPLAN Saldado e REG/REPLAN

- São as submassas destinadas ao pagamento dos benefícios dos participantes assistidos;
- O REG/REPLAN Saldado possui plano de equacionamento vigente.
- O REG/REPLAN Saldado necessita de um retorno adicional de modo a recuperar o equilíbrio do plano. O resultado da atual Política de Investimentos apresentou uma melhora relevante nas projeções de resultado do plano.
- O REG/REPLAN Não Saldado recuperou sua solvência.
- As Políticas de Investimentos dessas submassas buscam alcançar o retorno necessário por meio de ativos de renda fixa, reduzindo a exposição ao risco de mercado e realizando a imunização do passivo.



DIRETRIZES GERAIS

Responsabilidade Socioambiental e Governança

A FUNCEF conta com uma Política de Responsabilidade Sócio Empresarial, cujo objetivo é estabelecer princípios, parâmetros e diretrizes que norteiem a atuação da Fundação como uma organização socialmente responsável e sustentável. Um dos principais compromissos é a incorporação e a priorização de investimentos que visam o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e a preservação do meio ambiente.

Apreçamento dos Ativos Financeiros

Atualmente, o apreçamento de ativos da Fundação segue o manual de marcação a mercado do agente custodiante, Banco Bradesco, o que minimiza distorções entre valores registrados pela FUNCEF e pelo agente responsável pela guarda e movimentação dos ativos. Para ativos sem negociações em mercado ativo, a diretriz dos Órgãos Colegiados da Fundação prevê a contratação de laudos de avaliação a serem elaborados por empresas especializadas ou a precificação por meio do valor patrimonial das companhias.

Avaliação dos Riscos de Investimentos

A FUNCEF monitora e avalia regularmente os riscos de mercado, contraparte, liquidez, operacional e sistêmicos.

Seleção, Acompanhamento e Avaliação de Prestadores de Serviços

Os procedimentos para seleção e avaliação dos prestadores de serviços à administração de carteiras de valores mobiliários e de fundos de investimentos são definidos pelos órgãos colegiados. Tais procedimentos se encontram normatizados e são realizados com o envolvimento das áreas técnicas da Fundação.

Observância dos Limites e Requisitos Legais

Os limites de alocação e concentração por emissor e concentração por investimentos consideram os limites mínimos e máximos definidos pela Resolução CMN nº CMN 4.994/2022, reforçada pela Resolução PREVIC 23/2023.

Objetivo e Índice de Referência dos Planos de Benefícios

	Objetivo	Meta Atuarial	Benchmark
Novo Plano CD REB CD	Maximizar a relação risco e retorno (índice de Sharpe)	4,85% a.a.	INPC + 4,85% a.a.
Novo Plano BD REB BD	Minimizar o risco com retorno que supere a meta atuarial acumulada no horizonte das Políticas de Investimentos	4,85% a.a.	INPC + 4,85% a.a.
REG/Replan	Minimizar o risco com retorno superando meta atuarial acumulada com adicional de + 0,3 p.p no horizonte das Políticas de Investimentos	4,85% a.a.	INPC + 5,16% a.a.
REG/Replan Saldado	Minimizar o risco com retorno superando meta atuarial acumulada com adicional de + 0,9 p.p no horizonte das Políticas de Investimentos	4,75% a.a.	INPC + 5,7% a.a.

Alocação por Planos e Segmentos de Ativos

Novo Plano				
	Mínimo	Média	Máximo	CMN 4.994/2022
Renda Fixa	46,94%	81,47%	100,00%	100,00%
Renda Variável	8,14%	16,05%	19,76%	70,00%
Estruturados	0,00%	4,96%	7,05%	20,00%
Exterior	3,52%	6,44%	7,94%	10,00%
Imobiliário	1,96%	4,85%	14,11%	20,00%
Operação com Participantes	0,00%	2,38%	5,43%	15,00%

REB				
	Mínimo	Média	Máximo	CMN 4.994/22
Renda Fixa	50,48%	80,68%	100,00%	100,00%
Renda Variável	10,76%	18,98%	22,62%	70,00%
Estruturados	0,00%	1,26%	5,45%	20,00%
Exterior	1,52%	5,18%	6,68%	10,00%
Imobiliário	3,94%	7,36%	14,94%	20,00%
Operação com Participantes	0,88%	2,92%	4,97%	15,00%

REG/REPLAN				
	Mínimo	Média	Máximo	CMN 4.994/22
Renda Fixa	77,23%	85,43%	100,00%	100,00%
Renda Variável	0,00%	4,76%	8,71%	70,00%
Estruturados	0,00%	0,73%	1,47%	20,00%
Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	0,00%	7,27%	9,25%	20,00%
Operação com Participantes	0,00%	1,80%	3,61%	15,00%

Para maiores informações acerca das Políticas de Investimentos 2024-2028, visite o Portal da Transparência da Fundação.



www.funcef.com.br

0800 706 9000

SCN Quadra 2 Bloco A, Ed. Corporate Financial Center - 13º andar
Brasília/DF

